

**PACOTE FISCAL** Governistas prevêem dificuldades na aprovação de medidas econômicas

# Batalha será na Câmara

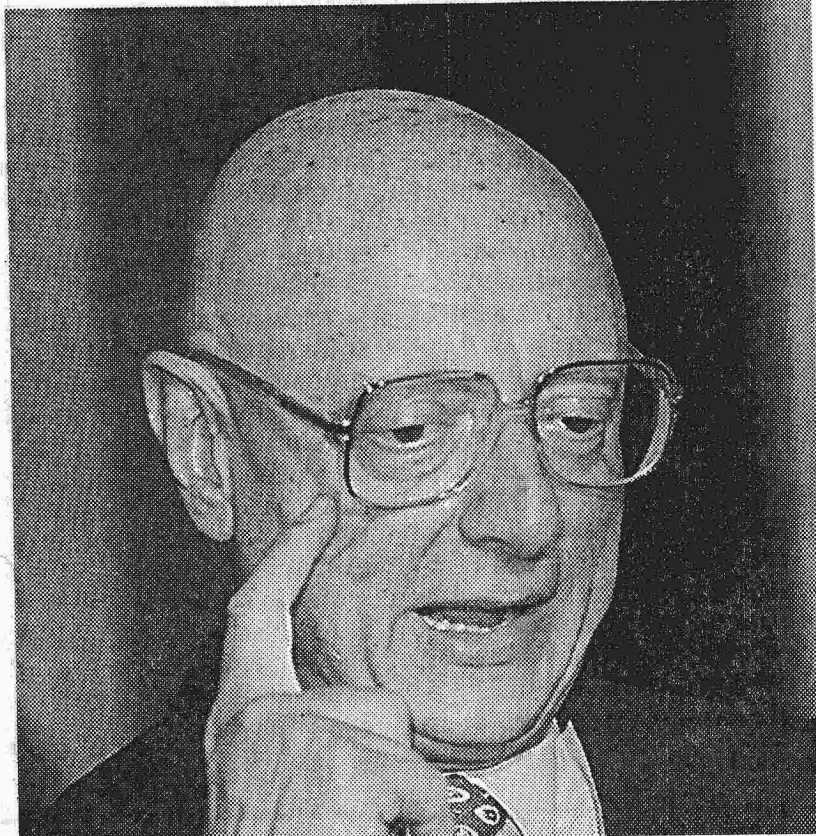
Brasília — Arnildo Schulz

CÉSAR FELÍCIO

BRASÍLIA— Os parlamentares da base governista esperam hoje a divulgação do pacote econômico com a convicção de que o presidente Fernando Henrique Cardoso terá que administrar novos problemas para manter o cronograma de votação das matérias de interesse do governo no Legislativo. Entre os congressistas mais alinhados com o presidente, contudo, há a certeza de que existem condições políticas para se agir com dureza, porque a estabilidade do plano Real nunca esteve tão ameaçada como agora. Partiu da própria cúpula aliada no Congresso a sugestão para que o anúncio do pacote fosse feito já.

O aumento da carga tributária é um dos pontos que mais preocupam os parlamentares fiéis ao governo. "Qualquer aperto tributário tem certas dificuldades de ser bem recebido no Congresso", disse o deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), vice-líder do governo na Câmara. Segundo Madeira, a demissão de mais de 25 mil servidores não-estáveis tem efeito político mais circunscrito. "Em São Paulo o Covas demitiu mais de 100 mil funcionários sem ter tido desgaste parlamentar", afirmou.

**Amin** — Não é assim que pensa, contudo, o presidente nacional do PPB, senador Esperidião Amin (SC). Para ele, a demissão é complicada do ponto de vista político e "economicamente de pouco resultado". De acordo com Amin, a economia de pouco mais de R\$ 300 milhões para o Tesouro é "muito pouca". Apesar desta ressalva, Amin destaca que as res-



*Amin: "A demissão de servidores tem poucos resultados econômicos"*

trições às importações "deverão ser o ponto mais importante do pacote e serão muito bem recebidas pelo setor produtivo".

Segundo Amin, o desestímulo às importações deverá atenuar as expectativas de uma forte recessão. "Isto contará pontos para não deixar o desemprego crescer, manterá divisas no Brasil e poderá mudar para melhor o nosso conceito de crédito no exterior".

De acordo com o deputado Wellington Moreira Franco (PMDB-RJ),

"Fernando Henrique não pode cair na tentação de não tomar medidas necessárias em função de cálculo eleitoral, como foi feito em 1986", afirmou, se referindo ao então presidente José Sarney, que preferiu aguardar as eleições daquele ano para divulgar o plano Cruzado II.

Segundo o deputado, a cúpula do comando governista no Congresso realizou uma reunião na última quinta-feira em que o diagnóstico foi unânime: a ação do governo deveria ser urgente e com a dureza que fosse

necessária. "Não há mandato que compense a perda da estabilidade. É preciso correr o risco e fazer isso agora", afirmou Moreira Franco.

A disposição do deputado peemedebista, contudo, não reflete o espírito de toda a base de sustentação do governo. "Os parlamentares ainda não enxergaram direito o tamanho da crise. Vamos ter que ser cautelosos para construirmos a nossa maioria", disse a deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), ex-ministra do Planejamento.

Este desafio vai se tornar ainda mais difícil no próximo mês, quando o presidente deverá realizar diversos cortes no Orçamento que ainda será votado pelo Congresso. A expectativa é que as emendas individuais dos parlamentares sejam sacrificadas, justamente às vésperas de um ano eleitoral.

**Convenções** — Um combustível a mais para os problemas do governo com o Congresso esta semana serão as reuniões decisivas que o PMDB e o PPB terão esta semana. No dia 11, o PPB faz a sua convenção nacional e deve formalizar o seu apoio à reeleição de Fernando Henrique Cardoso. No dia seguinte, o PMDB reúne o seu conselho político, onde a ala governista do partido forçará por uma definição no mesmo sentido.

Especialmente no PMDB, o clima pode esquentar. "Vamos pagar este preço. Contamos com os efeitos negativos que virão se o partido continuar adiando. Todas as composições regionais estão paradas esperando por uma definição", afirmou Moreira Franco.